

Formação do Estado e planejamento: um plano de estatística para a província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1834)

Álvaro Antonio Klafke

Doutor em História

Analista Pesquisador em História da Fundação de Economia Estatística – FEE

Porto Alegre – Brasil

alvaroklafke@ig.com.br

Resumo

A comunicação objetiva refletir sobre os primeiros tempos da atividade estatística no Brasil independente, com base na análise de um plano de estatística da província do Rio Grande de São Pedro do Sul, elaborado em 1834. No contexto de reorganização do sistema político-administrativo, então teoricamente mais descentralizado, discute temas relativos aos imperativos do planejamento estatal, tendo como balizamento o acompanhamento do processo simultâneo de construção do Estado e da nação brasileiros. Tal processo, no decorrer do século XIX, marcaria a configuração do Brasil, e mais especificamente da província, como uma formação social específica ligada por vínculos peculiares ao capitalismo internacional, com uma economia e estrutura social com traços pré-capitalistas. Sob esse pressuposto, o texto analisa os primórdios da formação de um corpo de informações e saberes científicos de várias ordens, os quais deveriam auxiliar nas ações administrativas. Procura sustentar dois eixos de argumentação: um que trata da descrição e análise da obra, com suas diversas demandas de conhecimento, planejamento, desenvolvimento, definição dos critérios de cidadania, defesa do território, demarcação de fronteiras. O segundo pretende, também a partir do relatório, destacar a historicidade dos projetos de coleta de dados e de planejamento em geral, sempre relacionados ao grau de informação acumulada, às demandas sociais e às concepções políticas em disputa no momento da sua realização.

Palavras-chave: Estatística, planejamento, administração, Brasil imperial, Rio Grande do Sul.

Introdução

Este texto tem como objetivo geral refletir sobre os primeiros tempos da atividade estatística no Brasil independente. Isso será feito com base na análise de um documento exemplar, que servirá para encaminhar a discussão sobre alguns temas relativos aos imperativos do planejamento estatal em um período crucial da formação do país. Trata-se do *Relatório motivado sobre a estatística da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, dirigido ao Exm. Sr. Presidente da mesma Província em Conselho, pelo encarregado daquela comissão o bacharel formado em leis José Marcellino da Rocha Cabral. Compreendendo o plano de organização; indicando os fins de cada um dos esclarecimentos exigidos; e seguido de dois ofícios* (CABRAL, 1836). O relatório está datado de 30 de junho de 1834, redigido por José Marcellino da Rocha Cabral como resultado preliminar de sua incumbência – comissionado pela presidência da província – de organizar o primeiro planejamento estatístico rio-grandense.

A pesquisa tem como fio condutor o acompanhamento do processo simultâneo de construção do Estado e da nação brasileiros, o qual assumiu características específicas, em virtude das distinções regionais ao tempo da colônia e das particularidades do movimento independentista. A principal delas: manutenção da estrutura social extremamente excludente, especialmente em relação ao uso intensivo da mão-de-obra cativa, com efeitos profundos no conjunto da sociedade. Tais condições de partida exigiriam, de parte das elites imperiais, um esforço de organização relativamente centralizada e forte que garantisse a ordem social.¹

Considerando, então, o momento singular de sua elaboração, no cenário nacional e provincial, a leitura do plano de Cabral deverá, *grosso modo*, sustentar dois eixos de argumentação: o primeiro que tratará, precisamente, da descrição e amostragem abundante da obra tomada em relação ao processo de formação do Estado e da nação, com suas diversas demandas: conhecimento, planejamento, desenvolvimento, definição dos critérios de cidadania, defesa do território, demarcação de fronteiras. O segundo, de caráter mais ensaístico, pretende, também a partir do relatório, discutir a historicidade dos projetos estatísticos e de planejamento em geral, sempre relacionados ao grau de informação acumulada, às necessidades e aos projetos políticos em disputa no momento da realização.

O texto está dividido em tópicos que eventualmente se referenciam mutuamente. Inicia com uma explanação sobre a necessidade de conhecimento em todas as áreas, característica marcante do Oitocentos, o século da formação dos Estados nacionais, direcionando a questão para o Brasil e a província sulina. Na segunda seção apresenta-se uma nota biográfica sobre o autor do relatório, situando-o frente à realidade que confrontava. Na terceira parte realiza-se uma análise ampla do plano estatístico apresentado no documento. Na seção seguinte, examinam-se as dificuldades apresentadas pelo bacharel. Finalmente, arremata-se a reflexão argumentando-se em favor da necessidade de observação da historicidade, relativa às injunções conjunturais e às demandas sociais ao abordar o planejamento.

O século XIX: premência de conhecimento

Quando se pensa no século XIX, as imagens mentais suscitadas podem ser muito variadas. Existiu a escravidão, mas também a sua superação. Houve a exploração brutal da força de trabalho “livre”, contudo, o desenvolvimento reativo da classe operária culminou na formulação do socialismo dito científico. Verificou-se um deslocamento massivo de pessoas que abandonaram seus locais de origem, sobretudo no campo, mas que ocasionou a formação de uma sociedade urbana poderosa e atrativa. Para além dos custos humanos, o período foi reconhecidamente otimista, do qual a palavra mais representativa talvez seja *evolução*, invariavelmente associada à idéia de progresso. O conhecimento como que estava a serviço do imperativo de evoluir, em todas as áreas: científica, econômica, social, cultural.

¹ É bastante vasta a bibliografia sobre o tema, e não é objetivo do texto dissecá-la. Limito-me a remeter a dois trabalhos fundamentais, que possuem distinções, mas que de certa forma se complementam e proporcionam uma visão ampla do processo de independência e da posterior centralização imperial: (JANCSÓ; PIMENTA, 1991) e (MATOS, 2004). Para uma visão alternativa, que, ao contrário de privilegiar as ações de centralização, percebe maior autonomia provincial: (DOLHNIKOFF, 2005).

No aspecto político, um fato é determinante: a trajetória de constituição dos Estados nacionais modernos. Embora tenha marcos iniciais anteriores – casos da guerra de independência norte-americana ou da Revolução Francesa, por exemplo –, inegavelmente o processo aprofundou-se e se propagou no decorrer do século XIX. A feição econômica, que acompanhou essa *démarche* política, foi o simultâneo adensamento e o início da universalização do capitalismo industrial, crescentemente competitivo.

Para legitimar-se, impor-se perante os vizinhos e competidores e crescer, os novos Estados nacionais haveriam, necessariamente, de mostrar força. A análise de Eric Hobsbawm, sobre o entendimento corrente dos pressupostos e das funções das nações no século XIX, é muito elucidativa. Ele sintetiza uma visão exposta pelo economista alemão Friedrich List, a qual fora inspirada por Alexander Hamilton: “A nação teria que ser de tamanho suficiente para formar uma unidade viável de desenvolvimento. Se caísse abaixo desse patamar não teria justificativa histórica”. Conseqüências fundamentais deste postulado seriam, primeiro, que “o princípio da nacionalidade”, na prática, serviria apenas para nacionalidades de um tamanho mínimo. A segunda, derivada da anterior, determinava que a formação das nações fosse vista, inevitavelmente, como um processo de expansão, significando “que se esperava que os movimentos nacionais fossem movimentos pela expansão ou *unificação* nacional” (HOBBSAWM, 1990, p. 42-45).

Fortalecer o Estado, unificar, “construir” a nação, tarefas a serem realizadas também no Brasil independente. Para tanto, era imprescindível, antes, conhecer. Esquadrinhar o território, para definir as fronteiras, defender-se e maximizar a extração e produção de riquezas. “Contar” as pessoas para fixar, a partir de números mais confiáveis, os critérios de inserção na vida política e civil, assunto de especial relevância quando se iniciava a experiência de representação parlamentar. Saber sobre que população a ação administrativa se faria sentir, em termos de carências e possibilidades. Enfim, não faltavam justificativas para o fato de se falar tanto, nos albores do Império, em estatísticas.²

Um grande mosaico de partes com distintos graus de conexão – as províncias –, fora a herança do período colonial. Promover a sua amálgama era um dos principais desafios das elites imperiais (JANCÓS & PIMENTA, 2000). A empreitada da unificação envolveria inúmeros agentes, em diferentes áreas, que iam do planejamento econômico centralizado à escrita de uma história comum. Por isso, as primeiras décadas pós independência foram pródigas em iniciativas públicas e privadas de projetos de (re)conhecimento do país, cujo exemplo mais significativo foi a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 1838. A ação do IHGB é emblemática. Estabelecido na Corte, pretendia realizar um trabalho de auto-entendimento do país, centralizando, desde o centro hegemônico, colaborações vindas de todo o território. Tratava-se, vale a reiteração, de conhecer para atuar. E para que essa atuação fosse efetiva, os

² Sobre a história das estatísticas no Brasil, a obra referencial é a de Nelson Senra, *História das Estatísticas Brasileiras*. No que respeita a esse estudo, sobretudo o volume 1, muito significativamente intitulado *Estatísticas desejadas (1822-1889)* (SENRA, 2006). O mesmo autor publicou, depois, uma versão mais sintética, mas igualmente importante (SENRA, 2009). Para uma história geral da estatística, cronologicamente ordenada, situando-a como disciplina autônoma, mas em integração à história da ciência: (MEMÓRIA, 2004).

presidentes das províncias, delegados do poder central, deveriam prover os meios de produção de informações sobre suas jurisdições.

Uma das províncias onde mais se fazia sentir essa necessidade de apreensão detalhada e profunda, considerando tudo o que já foi dito acerca do contexto geral e nacional, era a do Rio Grande do Sul.³ Região fronteiriça, de ocupação européia mais recente, palco das disputas entre os impérios ibéricos – com questões que todavia persistiam –, a província meridional exigia clareza quanto às reais condições de viabilidade econômica e política, principalmente pela localização estratégica. A avaliação de seu potencial de defesa nacional, conforme veremos no plano de estatística, consistia num dos pontos basilares. Esse aspecto era exacerbado pela conjuntura muito especial. Viviam-se os primeiros anos do período regencial, época de experiências e ajustes entre grupos que disputavam a hegemonia política. No Rio Grande, as tensões que explodiriam em 1835, na Farroupilha, se faziam sentir desde a Abdicação (1831), tornando cada vez mais explícita a divisão interna. Nesse ambiente conturbado, a presidência da província comissionou o advogado e periodista José Marcellino da Rocha Cabral para elaborar um plano completo da estatística provincial.

Quem foi José Marcellino da Rocha Cabral?

O português José Marcellino da Rocha Cabral formou-se em Direito na Universidade de Coimbra.⁴ Na década de 1820, envolveu-se nos conflitos políticos que dividiram o país, a partir da Revolução do Porto. Sempre esteve perfilado com os liberais constitucionalistas, e a ascensão dos conservadores liderados por D. Miguel, ao final da década, obrigou-o, segundo seu próprio relato, a exilar-se em 1831. No Brasil, dirigiu-se inicialmente ao Rio de Janeiro, onde, por suas boas relações com patrícios recém imigrados, além de outros já radicados há mais tempo, foi indicado para um trabalho no Rio Grande do Sul.

Na cidade de Rio Grande, principal centro provincial do comércio de exportação e importação, organizava-se, no ano de 1832, a Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense. Tratava-se de uma entidade empresarial cujo objetivo era incentivar e fomentar o desenvolvimento da província, em todos os ramos. Contava, no seu grupo de sócios, com pessoas de diversas áreas de atividades, mas o comando era, inegavelmente, dos comerciantes da região portuária. Cabral foi contratado para elaborar os estatutos da associação, além de organizar e redigir o jornal a ser lançado pela instituição logo em seguida: *O Propagador da Indústria Rio-grandense*.⁵

Durante o período de permanência no Rio Grande do Sul, o bacharel foi personagem bastante atuante na vida social e política da província. Politicamente, definia-se como um liberal moderado, defendendo a monarquia constitucional e parlamentar. Contudo, essa “moderação” não se confundia com

³ A nomenclatura da província variava, mesmo em documentos oficiais. Usava-se *São Pedro do Rio Grande do Sul*, tal como Cabral no título do seu trabalho, ou *Rio Grande de São Pedro do Sul*, entre outras intercorrências. Aqui, será usada a fórmula mais simples *Rio Grande do Sul*, consagrada depois pela república, quando da sua transformação em estado.

⁴ Nelson Senra comete um engano, chamando-o de José Marcelino da Costa Cabral (SENRA, 2006, 2009).

⁵ Um estudo sobre a Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense e sobre o seu periódico foi realizado por Álvaro Klafke (2006).

falta de aptidão para o debate, pois era um tipo opiniático, posicionado, e mesmo seus trabalhos que se pretendiam mais “técnicos” não deixavam de refletir seus pontos de vista. Era um inimigo do absolutismo que identificava no miguelismo e no período colonial. Contudo, também combatia o liberalismo exaltado e o republicanismo, o que o tornou, claro, um inimigo de primeira hora dos farroupilhas. Sua formação ampla, demonstrada nos textos do jornal, e confiabilidade política, lhe valeram, de parte do presidente da província, Antonio Rodrigues Fernandes Braga, a comissão para executar a estatística completa da província meridional.⁶ Assumindo a tarefa, Cabral renunciou à direção e redação do periódico da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense, que deixou de circular em 1834.

É de registrar-se que a passagem desse personagem no sul do Império deu-se em momento extremamente conturbado. Atuou em plena crise que antecedeu o movimento farrapo, e muito do que escreveu, inclusive no plano de estatística, revelava algo, ainda que implicitamente, daquele contexto. Assumindo posições claras, pagou o preço de ter que se retirar da província. Quando da tomada de Porto Alegre pelos opositores, depondo o presidente Braga, este se transferiu para Rio Grande, e logo depois deixou a cidade, em direção ao Rio de Janeiro. Cabral o acompanharia no mesmo navio, encerrando sua aventura sulista.

De retorno à Corte, exerceu várias atividades. Fundou, junto com outros sócios, um periódico bastante importante, o *Despertador*, do qual foi diretor e redator. Demonstrativo de seu protagonismo social e cultural no Rio de Janeiro, além disso, foi sua presença como membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – e da primeira comissão de redação da revista do IHGB. Contaram com sua iniciativa e liderança, também, duas entidades muito relevantes para a comunidade lusitana do período e que persistem até hoje: o Real Gabinete Português de Leitura e a Sociedade Portuguesa de Beneficência. Sua inserção nos círculos dos compatriotas foi uma constante, e a afirmação da identidade portuguesa, a despeito dos trabalhos públicos a serviço do Brasil, sempre reiterada. Em 1838 sua carreira atingiu o ápice, pois então exercia o cargo de Cônsul de Portugal junto à Corte Brasileira. Durante essa segunda passagem pela capital do Império, Cabral, graças, talvez, à divulgação do trabalho realizado no Rio Grande do Sul, foi convidado para organizar a estatística da província do Rio de Janeiro, em 1836, mas não há notícia, até o momento, da sua aceitação ou da realização de qualquer atividade nesse sentido (CABRAL, 1839, p. 46).

Sobre a parte final da existência do bacharel, não se sabe muito. O *Despertador* foi à falência em 1841, fazendo com que ele tivesse um baque financeiro que o obrigou a ir tentar a vida, como advogado, em Diamantina, Minas Gerais, onde parece ter trabalhado até 1849. Por fim, retornou ao Rio de Janeiro, falecendo, pobre, em 1850.

⁶ O convite, entretanto, segundo alega, lhe fora feito antes. Em obra posterior, relatando seus afazeres na província, citava “a árdua comissão de organização da estatística, para a qual nos convidou o presidente Galvão, por deliberação do conselho administrativo, que foi depois confirmada nas presidências dos Srs. Marianni e Fernandes Braga” (CABRAL, 1839, p. 20). Manuel Antonio Galvão (11 de julho de 1831- 24 de outubro de 1833) e José Mariani (24 de outubro de 1833 - 2 de maio de 1834) antecederam a Antonio Rodrigues Fernandes Braga (2 de maio de 1834 - 21 de setembro de 1835).

Alguns pontos dessa sucinta nota biográfica devem ser ressaltados, pois esclarecem características peculiares, reiteraões e eventuais ausências ou diminuições de ênfase de aspectos de seu plano estatístico. Além disso, muito das dificuldades da empreitada e do resultado final – ou da falta desse – vinculam-se a traços da trajetória pessoal de José Marcellino da Rocha Cabral. Ele pode ser caracterizado como um típico homem de seu tempo que, pela sua formação – no contexto do reformismo ilustrado –, contatos e atividades, lograva combinar o poder da palavra impressa com a presença ativa em variadas formas de sociabilidade institucionalizada (MOREL, 2005, P. 171). Em seu tempo de Rio Grande do Sul, podia ser considerado um daqueles redatores de província aos quais se refere Ilmar Mattos, cuja ação contribuía para “a superação das concepções localistas e particularistas em proveito de uma concepção de vida estatal” (MATTOS, 2004, p. 224-225). Era, nesse sentido, também um dos construtores do Estado e da nação. Contudo, havia duas particularidades importantes, já citadas, que sublinharemos para voltar a elas mais tarde: era português, portanto um estrangeiro; e absolutamente comprometido politicamente com o liberalismo *moderado* e, sobretudo, com a *centralização imperial*.

Sobre a estatística da província de São Pedro

Na monumental obra que realizou sobre as estatísticas brasileiras, Nelson Senra, discorrendo sobre o Rio Grande do Sul, cita o trabalho de Cabral, e lamenta: “Em junho de 1834, sabe-se que remeteu relatório ao referido conselho, dirigido ao presidente, dando conta dos planos de trabalho, mas, infelizmente, não se conhece o conteúdo do mesmo” (SENRA, 2006, p. 107). Trata-se do documento aqui analisado, disponível na Biblioteca Nacional de Portugal. O relatório é de inegável valor histórico, por inúmeras razões, mas destaco duas que dizem respeito, mais de perto, aos objetivos do artigo: pelo que informa acerca da visão de planejamento dos construtores do Estado imperial; e pelas relações que permite estabelecer entre propostas de estatísticas e conjuntura social e política, ressaltando a historicidade de um campo de ação importante para a vida das sociedades. Por isso, será largamente referenciado nesta seção.

Cabral estava fazendo uma espécie de prestação de contas, na qual pretendia relatar o projeto, seus critérios e resultados parciais, fundamentando teoricamente a sua tarefa: “Eu considero como fim imediato da Estatística o conhecimento da riqueza e da força dos Estados, e como meio de chegar a este resultado a estimação analítica de todos os elementos daquela riqueza e daquela força; não absolutamente, mas em relação à composição, e ao aumento do Poder Nacional” (CABRAL, 1836, p. 3).⁷ Aqui, como em outros momentos, a referência é sobretudo o Estado, sem mencionar a sociedade, elemento que já começava a ser mais considerado na Europa, neste momento (MARTIN, 2001, p. 14). Quando esta aparecer, será sempre de maneira subordinada aos ditames do poder.

Ele sustentava que fazia a divisão dos objetos concernentes à “ciência da Estatística” segundo foram surgindo “na ordem da existência”: primeiramente o território, “nas suas diferentes qualidades

⁷ As citações do documento tiveram a grafia das palavras atualizada, sem outras alterações do texto.

físicas, que determinam a sua utilidade para o uso dos homens”. Segue-se a população, “considerada em todas as suas relações com o Poder Público; porque sem população não há Estado nem força social, ficando baldadas todas as vantagens naturais do território”. Depois, viria a indústria, “nos seus diversos ramos, meios e resultados, por ser um efeito da ação combinada, por uma parte, da força produtiva do solo com a utilidade direta dos compostos e produtos naturais; e por outra, da inteligência, e do trabalho do homem, e da aplicação por ele feita das Leis físicas da Natureza aos seus usos e comodidades” (CABRAL, 1836, p. 3).⁸ Por fim, acrescentaria “o importante objeto das rendas públicas”, equivalentes à “soma dos contingentes das rendas e dos capitais particulares para as despesas públicas e gerais da sociedade” (CABRAL, 1836, p. 4).

Esta classificação básica deveria sofrer uma subdivisão, obedecendo ao seguinte esquema:

1. Estatística Física: 1.1: território. 1.2: clima
2. Estatística Política: 2.1: história do descobrimento, da povoação, e fixação dos limites, e do governo da província. 2.2: religião, moral, costumes. 2.3: idioma. 2.4: população – recenseamento. 2.5: força armada. 2.6: expostos, e estabelecimentos de caridade. 2.7: colonização, e importação de estrangeiros. 2.8: índios – povos de missões. 2.9: educações, ciências e belas artes. 2.10: divisão judicial, municipal, e eclesiástica da província. 2.11: estatística judicial, criminal e civil.
3. Estatística Industrial: 3.1: agricultura (que Cabral também associa, de forma mais abrangente, com “economia rural”). 3.2: indústria fabril. 3.3: comércio.
4. Estatística fiscal, e administrativa.

Iniciando o plano pela *Estatística Física – o território*, o comissionado relatava as dificuldades de obtenção de dados e o que fazia para superá-las, ainda que parcialmente. Argumentava que a organização de uma estatística, considerando, por exemplo, unicamente a parte “física”, e desta, somente o território, já exigiria grandes trabalhos anteriores de quase todas as ciências físicas e matemáticas. “Não existindo aqueles trabalhos, como desgraçadamente acontece nesta Província”, o remédio seria “não desprezar os meios de coligir os poucos dados existentes” (CABRAL, 1836, p.4). Para tanto, ele afirmava que solicitara, a diversos setores da administração, mapas designados (geográficos, topográficos, hidrográficos), bem como “outros quaisquer trabalhos de semelhante natureza levantados sobre a Província” (CABRAL, 1836, p.5).⁹ Entre esses trabalhos, Cabral valorizava a obra dos cientistas viajantes, como Saint’Hilaire. Mais particularmente, analisava os resultados das explorações do botânico e naturalista alemão Friedrich Sellow, cuja passagem pelo Brasil – 1814-1831 –, principalmente entre Minas e Rio Grande do Sul, rendera um volumoso conjunto de observações sobre o ambiente. Como se tratava de acumular informações, Cabral também procurava ter acesso ao trabalho do Coronel José Pedro Cezar, “quando ocupado nesta mesma comissão”, isto é, o seu antecessor.

⁸ Nunca é demais lembrar que “indústria”, na época, se referia a todos os ramos da atividade produtiva.

⁹ Alguns exemplos de mapas e tabelas enviados para preenchimento por Cabral encontram-se em (FEE, 1981, p. 52-56).

Além dos estudos e dos contatos, o bacharel iniciou viagens de observação pela província, investindo no conhecimento do território e na sua própria formação. Esse trabalho, no período, e notadamente no Brasil, era realizado por pessoas de um certo saber universal reconhecido, bem relacionadas, detentoras da confiança dos escalões de governo. Estava-se distante da profissionalização e da especialização institucionalizada somente no século seguinte. Por enquanto, havia muito de necessidade, vontade, e boa dose de improviso (SENRA, 2006). O próprio andamento da atividade, ao que parece, se tivesse seguimento, ajudaria a formar quadros. Cômico de suas carências em relação a diversas questões, o advogado a quem fora confiada a organização dos dados que comporiam a estatística provincial preocupava-se com a formação de uma biblioteca de apoio, remetendo solicitações “para diferentes pontos do Império, e da América, e mesmo para a Europa, para se me comprar quaisquer obras, e adquirir quaisquer documentos que compreendam dados aproveitáveis sobre este objeto [produtos naturais]” (CABRAL, 1836, p. 5).

Cabral buscava assessorar-se com profissionais de diferentes áreas, de acordo com as necessidades, conforme depreende-se do excerto em que abordava os fatores *climáticos*. Sobre a “influência do clima na vida, e saúde dos homens, dirigi-me aos Médicos da Província de que tenho conhecimento, invocando a sua humanidade, patriotismo, e ilustração; e tenho razões de esperar dali mui interessantes comunicações” (CABRAL, 1836, p. 6). Passagens como essa demonstram, recorrentemente, as preocupações com a construção de um conhecimento bastante amplo, mas dividido em campos específicos, sobre o território em sua *interação* com o povo constituinte da nação.

A segunda parte, *Estatística Política*, era a mais extensa e subdividida. Iniciava pela *história do descobrimento, da povoação, e fixação dos limites, e do governo da província*. Procurava-se justificar o título: “A História não tem uma relação direta com a Estatística, porque aquela ocupa-se do passado, e esta só consiste na análise dos elementos atuais da riqueza e do poder; mas uma notícia do estabelecimento do Estado, dos acontecimentos que tem precedido a fixação de seus limites, servindo para provar o direito territorial, e fazendo ao mesmo tempo conhecer a origem da população que domina o território, e o grau de sua energia, seu valor e suas virtudes cívicas e militares, e as épocas e os meios do desenvolvimento da produção, tem também lugar em uma obra desta natureza, porque concorre para melhor chegar ao seu fim e resultados” (CABRAL, 1836, p. 7).

Para além da necessidade de conhecimento elementar sobre território e população, neste ponto Cabral deixava aflorar preocupações muito difundidas no período. Por um lado, há a questão geral, comum aos Estados em formação, da problemática da fixação dos limites, na qual a história pregressa deveria servir de “prova”, a dirimir controvérsias e litígios. Isso assumia particular relevância na província sulina, palco de contendas seculares entre os impérios ibéricos e, mesmo após a independência, com fronteiras indefinidas até a segunda metade do século XIX. Por outro lado, o texto mostra uma certa dúvida, ou mesmo inquietude, em relação às virtudes da população. Note-se que não há uma afirmação categórica a respeito da bravura e fidelidade do povo à nação, como seria de se esperar, em uma manifestação dessa

natureza e no contexto de formação da nacionalidade. Se o bacharel achava necessário aferir o “grau de sua energia, seu valor e suas virtudes cívicas e militares”, é porque já se vivenciava o clima conflituado imediatamente anterior ao movimento que acabaria por depor o presidente Fernandes Braga, dando início à guerra civil no Rio Grande do Sul. Era voz corrente, conforme o demonstra a imprensa do período, que uma divisão política séria estava cindindo as elites provinciais. Tal situação, junto com a lembrança ainda muito viva da derrota imperial na Guerra da Cisplatina, na qual lideranças sul-rio-grandenses foram acusadas de se omitirem, ou mesmo de favorecer o inimigo, ajuda a entender as reservas do autor (KLAFFE, 2014). Ou seja, é perceptível que elementos conjunturais acabavam por influenciar um trabalho que, a princípio, deveria revestir-se de um caráter mais permanente. Não faz sentido, de fato, perscrutar sobre a “energia” ou o “valor” de qualquer povo. O momento político, aqui, deixava marcas no planejamento “estatístico” de José Marcellino da Rocha Cabral.

Outra situação demonstrativa da relação entre a conjuntura vigente e o plano de conhecimento proposto surge no tópico *religião, moral, costumes*. Era dito que, em princípio, estes temas poderiam parecer alheios ao trabalho em desenvolvimento. Contudo, nas mãos da autoridade, seriam meios poderosos e eficazes de enquadramento social, pois “que facilitam o legítimo crescimento da população, e promovem com os hábitos do trabalho o desenvolvimento da produção; que apertam os vínculos da associação, e asseguram os direitos públicos, e individuais; e ainda mais quando se advertir, que a Religião é um dos objetos consideráveis de aplicação das rendas públicas; e que ao Culto são destinados edifícios, e outros valores do Estado” (CABRAL, 1836, p.8). Cabral possuía uma visão muito clara da relação estreita que existia, no período, entre o Estado Imperial e o catolicismo, e de certa forma, sem deixar de reconhecer os efeitos positivos da religiosidade, pretendia disciplinar e controlar melhor esse vínculo. Daí que solicitava informações precisas, dos vigários e autoridades eclesiásticas de todas as comarcas, “sobre o número, e estado das igrejas, e de quaisquer outros edifícios destinados ao Culto Público; importância e suficiência dos meios, que lhes são aplicados; importância anual das cômmodas, benesses, e quaisquer direitos paroquiais; quantos cemitérios públicos, e particulares existem, se há livros de assentamentos dos nascimentos, óbitos, e casamentos, escriturados em devida forma, e com exatidão” (CABRAL, 1836, p.8). Parece haver, aqui, um movimento tímido, mas que demarcaria um início de afastamento, uma certa laicização do Estado – representado pelo governo provincial – que culminaria com a crise do final do Império. Tratava-se, novamente, de procurar conhecer para melhor controlar: no caso, a atuação da Igreja, e Cabral retornaria ao tema.

Em uma província limítrofe, sujeita a contatos pouco controlados com falantes de outro idioma, além dos imigrantes, o tema do *idioma* não ficaria de fora. Nesse sentido, deveria constar no plano “uma notícia filológica, compreendendo o estado da linguagem nesta parte do Império, a sua tendência particular, o seu grau de pureza, e as suas aberrações do idioma nacional” (CABRAL, 1836, p.9). A

uniformidade lingüística era uma questão importante para a formação e legitimação do Estado nacional.¹⁰ No Brasil, o problema não seria o da imposição de um idioma regional sobre outros distintos, pois havia a vantagem de o português ser a língua de todas as províncias. Entretanto, era grande o número de africanos, indígenas e europeus, todos de diversas etnias, que ainda utilizavam seus idiomas de origem. Ademais, a própria língua portuguesa tinha variações consideráveis, na fala e na grafia, e então a demanda de padronização – para corrigir as suas “aberrações” – tocava, como se percebe, na questão emblemática da educação.

Do idioma, Cabral passava ao tópico central da *população – recenseamento*. Iniciava esta seção lembrando que o recenseamento, “como demonstrativo do pessoal”, é a parte essencial da Estatística, não só em termos numéricos absolutos, mas visto em “suas relações com a extensão, e partes do território; com os nascimentos, casamentos, e mortalidade; e com os sexos, idades, força armada, e classes ou profissões sociais; porque todas estas relações devem influir para *determinar a composição, e o quantitativo da força, e do poder do Estado*” (CABRAL, 1836, p.9) (Grifos meus). Força e poder, imperativos de uma época de acirramento da competição internacional. Necessidades que pareciam estar sempre presentes no pensamento do planejador. Ele lidava com uma situação que unia, ao pressuposto geral da rivalidade externa, materializada, no Brasil, principalmente nas guerras platinas, a conjuntura específica de conflito interno. Esses dois planos de dificuldades, é bom lembrar, nunca estiveram dissociados. A centralidade deste tema retornará, no relatório, no quesito especial sobre a força armada. Premissa básica na constituição de qualquer Estado, o conhecimento da população no Brasil revestia-se de uma dificuldade adicional, ligada a uma peculiaridade nacional: a força do sistema escravista. O grande número de cativos e a diversidade étnica eram destacados: “as diferenças das cores, e suas combinações e movimento; e sobretudo a separação das condições de liberdade, e cativo, por mui óbvias razões, são novos e essenciais pontos de vista em que deve a população ser considerada” (CABRAL, 1836, p.9).

Um dos temas mais presentes nos debates públicos da época era o da nacionalidade, pois formalmente havia uma nação independente e soberana chamada Brasil, mas quem eram os brasileiros? Vivia-se um período em que ainda eram difusas, e divergentes, as interpretações sobre os vínculos civis e políticos que os estrangeiros haveriam de manter com o Estado. No plano estatístico, isso surgia nos desdobramentos do recenseamento: “Na classificação das ocupações, e misteres industriais, fiz separação especial dos nacionais e estrangeiros, porque esta diferença, conveniente em qualquer Nação, é da maior importância, e de indispensável necessidade para as nações que começam a existir como o Brasil” (CABRAL, 1836, p. 9-10). Invariavelmente, surgia a menção ao início, ao inédito, a um tempo novo. De fato, desenhava-se um tempo histórico distinto, cujo direcionamento era disputado. Portava muito de novidade, ou assim era percebido, mas guardava, no essencial, características do período que o antecederia (MATTOS, 2004).

¹⁰ Uma das obras que mais ressalta esse aspecto é a de Benedict Anderson (2008).

Em relação ao tópico *força armada*, Cabral foi particularmente minucioso. Iniciava reiterando que este objeto era o que tinha relação mais direta com as finalidades do planejamento estatístico, porque aferia o elemento garantidor da própria existência da nação: “A força armada no estado atual das nações é essencial (e em todos os tempos o tem sido) para a conservação da ordem pública, e da existência nacional”. Se a insuficiência dos seus meios e recursos era comprometedora, por outro lado, “a sua demasia numérica, absorvendo e consumindo a substância do Estado, sacrificando as gerações, e distraíndo excessivamente os braços da produção industrial”, tampouco seria positiva (CABRAL, 1836, p. 11). Registrada a centralidade da questão, a força armada deveria, assim, ser analisada em seus vários aspectos, merecendo destaque as “diferentes milícias, e diferentes armas, e na *organização dos corpos*, e sua conveniência com as *circunstâncias peculiares* do Estado” e “em sua relação de suficiência com as necessidades de polícia interior, e da defesa exterior, tendo em vista as *circunstâncias peculiares dos limites, e fronteiras, e o estado das relações políticas com as nações limítrofes, e as forças dessas mesmas nações*” (CABRAL, 1836, p. 11-12) (Grifos meus).

Para além dos embaraços tradicionais que historicamente os censos sofriam pela desconfiança em relação ao recrutamento militar, o relatório, nessa parte, tocava em questões delicadas. Quanto à organização dos *corpos*, a dificuldade era a independência que a Guarda Nacional demonstrava, sobretudo de parte dos comandantes de fronteira.¹¹ Numa época em que as chamadas “tropas de linha”, regulares, estavam se reorganizando, isso era um problema sério para a centralização. Outra preocupação muito evidente dizia respeito à posição peculiar da província, em termos geopolíticos. Era preciso saber das forças contrárias, e estar atento ao nível de tensão política. Desse conhecimento dependeria a avaliação das necessidades do contingente nacional na região. Especial cuidado, que se reiterou no tempo: o Rio Grande do Sul, tradicionalmente, concentrou a maior parte da força militar do país, até recentemente. O plano dava mostras, por um lado, de um interesse constante pelo papel que o Rio Grande do Sul representava frente a um desiderato fundamental à construção do Estado nacional: a demarcação das fronteiras. Por outro, refletia, como em outros momentos do texto, a inquietude com a divisão latente das elites locais.

Das considerações propriamente políticas, Cabral passaria a um tema mais social, o dos *expostos, e estabelecimentos de caridade*, mas que mereceria, como tudo, um tratamento político: “Os expostos entram em uma Estatística não só como uma porção da população do Estado, e como um elemento do seu futuro poder, mas igualmente como um dado para julgar do estado da moral pública, e como um objeto de despesa nacional, que deve ser atendido, e deve influir na confecção das Leis regulamentares das Municipalidades, da educação pública, e de outros muitos ramos da Legislação” (CABRAL, 1836, p. 12). Havia uma designação clara da responsabilidade coletiva pelos órfãos ou abandonados. No mesmo sentido era a sua manifestação acerca dos estabelecimentos de caridade, origem das Santas Casas de Misericórdia, como um local onde os desvalidos iam buscar socorro público, e o seu atendimento era uma obrigação da

¹¹ A Guarda Nacional foi uma força criada em 1831, basicamente devido à desconfiança que os liberais, então no poder, após a Abdicação, mantinham em relação à fidelidade das tropas regulares, comandadas, em grande parte, por estrangeiros ligados a D. Pedro I. Era composta pelos cidadãos e comandada pela elite civil.

sociedade. Ademais, o conhecimento minucioso das condições de tais instituições – e sobretudo das pessoas ali atendidas –, como em outras questões elencadas, serviria como instrumento de aferição do “grau de civilização, o poder da sensibilidade, e do instinto social, a distribuição das riquezas, os efeitos das leis de polícia, e da educação, e instrução pública e particular” (CABRAL, 1836, p. 13). Para além da subjetividade implícita com relação a aspectos como “civilização” ou “sensibilidade”, é interessante observar que, numa época de absoluta carência de informações sócio-econômicas, Cabral considerava que os registros detalhados poderiam contribuir para municiar o poder público, com vistas à ação político-administrativa.

Discorrendo sobre *colonização, e importação de estrangeiros*, o tom era mais peremptório: “O meio direto da colonização não tem, segundo o meu pensar, resultados tão prontos e eficazes para o crescimento progressivo da população, como os meios indiretos das boas Leis, que assegurando uma justa liberdade, a vida, a propriedade, a indústria, e todos os direitos individuais, convidam os estrangeiros que nas suas pátrias não gozam aquela proteção” (CABRAL, 1836, p.13). Outro tema delicado da realidade social da província. O bacharel criticava os projetos de colonização, como aquele, por iniciativa imperial, que trouxera os alemães a partir de 1824. Para ele, o melhor sistema era o da imigração espontânea. Contudo, não podia negar um fato estabelecido, então contemporizava, afirmando que buscava informações, “particularmente sobre a importante Colônia de São Leopoldo; e espero coligir dados bem decisivos para mostrar a utilidade de semelhantes estabelecimentos, e sobretudo para os progressos da Indústria, e da civilização” (CABRAL, 1836, p. 13). Os habitantes da região de colonização estavam, de certa forma, sob avaliação. Vários eram militares, veteranos das guerras napoleônicas, trazidos quando da disputa pela Cisplatina, que culminara com a derrota de 1827. No novo contexto da regência, ao lado de quem lutariam, nos conflitos internacionais e internos? Uma situação específica, como a da colônia alemã, ocupava maior parte da reflexão do comissionado do que o tema da imigração em geral. Sobre esta, era dito que, dos responsáveis pelo movimento do porto de Rio Grande fora solicitado “relações das tripulações, e passageiros, para da sua combinação poder deduzir o movimento da população exterior, importada das outras Províncias, e de fora do Império” (CABRAL, 1836, p. 14).

Preocupação maior haveria com *índios – povos de missões*. A problemática indígena, ou seja, a forma pela qual as populações autóctones seriam incorporadas ao novo Estado surgia no plano de estatística através de questionamentos muito objetivos: “Qual a utilidade que se poderia tirar da população Indígena comparada com igual número de colonos do antigo continente? A população indígena semi-civilizada, que vive dispersa pela Província está identificada, ou poderá identificar-se nos interesses, e em todas as relações sociais com a população nacional civilizada? Quais as causas do progressivo definhamento, e quase aniquilamento desses povos interessantes, que foram mais numerosos, mais

civilizados, e mais ditosos debaixo do absurdo e degradante regime teórico¹², do que o são hoje protegidos por Leis e Autoridades mais humanas e sociais?” (CABRAL, 1836, p. 14).

Essas seriam questões importantes para a “Economia Pública da Província e do Império”, cuja solução deveria ser pensada a partir da estatística provincial. Para tanto, Cabral alegava manter contatos, pessoais ou por correspondências, com diversas pessoas ligadas, então ou no passado, com o território das Missões. Sua intenção, inicialmente, era saber mais, pois “não pode deixar de ter grande parte o conhecimento daqueles povos para a política, e para a filosofia do Gênero Humano”. Além disso, se fosse possível, ele não deixaria de visitar “aquele país histórico e por tantos títulos interessante” (CABRAL, 1836, p. 14). Ele se referia à antiga região missioneira, vista com um certo exotismo confrontado com a “civilização”, o que já estabelecia uma ligação com o próximo item.

Os aspectos mais propriamente culturais, claro, não estavam ausentes do amplo planejamento em curso, representados por *educações, ciências e belas artes*. A justificativa para a sua valorização é um pérola da argumentação oitocentista, no que se refere à ideologia do progresso e do avanço civilizacional: “Uma das relações mais importantes da população é sem dúvida a da sua ilustração literária, e científica; pois que esta é, inquestionavelmente, um dos mais fortes agentes da riqueza, da força, e do poder, como atesta a História de todos os povos antigos e modernos; e porque ela faz a principal diferença da fraqueza e miséria das hordas selvagens, e dos povos bárbaros, e ignorantes, ao potente vigor, à abundância, e às comodidades das Nações civilizadas” (CABRAL, 1836, p. 15).

Para averiguar a situação, nessas áreas, e ajudar a promover a marcha da diferenciação referida, ele afirmava estar de posse – pois que obtivera das “Municipalidades” –, das relações de aulas, estabelecimentos de instrução públicos e particulares, número de alunos e mestres, vencimento dos professores. Além disso, estava pesquisando sobre o número de tipografias, oficinas de litografia e gravura, bem como acerca do comércio de livros e existência de bibliotecas privadas (CABRAL, 1836, p. 15). O interessante é que esta seção era encerrada da seguinte forma: “Reunidos que sejam estes materiais será comparada a população, e a riqueza literária com as de outros Estados antigos, e de recente organização, pelo auxílio das tábuas estatísticas deste gênero, de que abundam as obras desta Ciência” (CABRAL, 1836, p. 15). Objetivamente, é difícil imaginar como poderiam ser efetuados tais cotejamentos. A despeito disso, a passagem é relevante por dois aspectos: o primeiro é o reconhecimento de que a atividade estatística estava bem mais desenvolvida em outros países; o segundo é pela reiteração da visão do conhecimento do país com objetivo diagnóstico para posterior intervenção. Daí a obsessão comparativa, que parece ser balizada por um grande questionamento de fundo: em que ponto se encontrava o Império, e mais especificamente a província, na escala civilizacional?

As informações sobre *divisão judicial, municipal, e eclesiástica da província* – julgadas essenciais para o trabalho legislativo e da administração –, por estarem assentados “nos fatos positivos da divisão

¹² Provavelmente houve aqui um erro de composição tipográfica. Onde lemos “regime teórico”, o autor deve haver querido grafar **teológico**, num acento positivista.

legal recentemente praticada, e constante de documentos existentes”, estavam coletadas e organizadas. Esta parte do trabalho, segundo o bacharel, fora concluída, e ele não dava mais detalhes no documento (CABRAL, 1836, p. 16).

Sintético quanto à divisão legal, prolixo num tema que lhe era caro: *estatística judicial, criminal e civil*. Iniciava justificando que, à primeira vista, isso poderia parecer absolutamente estranho ao plano, porque não teria “uma aplicação direta nos cálculos da força e da riqueza pública”, mas seria particularmente relevante “para julgar da conveniência da nova forma judiciária, e das Leis penais com o estado moral e político da Nação” (CABRAL, 1836, p.16). De fato, após a Abdicação, uma maioria parlamentar liberal tratara de implementar uma série de reformas, entre elas a elaboração do Código de Processo Criminal, de 1832 (DOLHNIKOFF, 2005, P. 65). Havia, portanto, uma série de novidades jurídicas a entender, avaliar e organizar.

Aqui se manifestava o tino profissional desse bacharel em leis, pois ele, devido às “poderosas considerações” anteriormente citadas, achava por bem incluir estas questões, ainda que delas “se não faça menção no Elenco de matérias que me foi comunicado por essa Presidência” (CABRAL, 1836, p. 16). O advogado e estudioso do Direito, assim, extrapolava a encomenda a ele feita, e buscava informações detalhadas, junto aos agentes da justiça, acerca das demandas judiciais e dos envolvidos. Numa época em que a Igreja exercia papel fundamental no controle social e mesmo em questões administrativas, como já referido, Cabral não esquecia, além do mais, de solicitar “à Autoridade Eclesiástica a relação das causas que por sua natureza espiritual e canônica correm por aquele júízo” (CABRAL, 1836, p. 17). Não seria isso uma demasia, visto como intromissão excessiva? A absoluta falta de respostas, como ele relatará posteriormente, talvez responda a questão.

A terceira parte da divisão, *Estatística Industrial*, reuniria os estudos sobre *agricultura (ou “economia rural”)*, *indústria fabril e comércio*. De início, a recorrente menção ao progresso e à força: “Depois da população, na ordem da formação dos elementos da Riqueza e do Poder público, vem a indústria nos seus diferentes ramos” (CABRAL, 1836, p. 17). Era então proposta uma inter-relação entre estes “ramos”. Como base havia a atividade rural, passando em seguida para a indústria fabril, que operava “sobre valores já produzidos, em grande parte, pela Agricultura” e culminava com o comércio, o qual serviria para “dar movimento e criar novos valores sobre os produtos da Agricultura e das Artes” (CABRAL, 1836, p. 17-18).

O que se evidencia, neste ponto do relatório, é a desproporção entre os tópicos. Era sumária a descrição dos elementos a observar sobre agricultura e indústria fabril, ao passo que o comércio merecia uma análise muito mais detalhada, e deveria ser considerado sob três aspectos: sua “matéria”, seus “meios” e seus “resultados”. Em relação ao primeiro, compreenderia todos os objetos concernentes à importação, exportação e consumo comercial interno; quanto aos meios, tudo o que concorreria “para o seu movimento, e transações”, desde a infraestrutura de transportes até o “meio circulante, e sistemas de pesos e medidas, e seus valores comparados com as diferentes medidas das outras nações comerciais e

com os padrões geométricos, e invariáveis que se tem procurado determinar”. Finalmente, frente aos resultados o comércio deveria ser considerado “no balanço absoluto e geral, e nos balanços relativos a cada uma das Nações com que o Estado comercia; no aumento ou diminuição dos capitais; e na influência das Leis, dos tratados, dos impostos, e dos regulamentos, nos seus progressos, ou na sua declinação, etc” (CABRAL, 1836, p. 18).

Um primeiro comentário que o excerto suscita é em relação à complexificação que a atividade comercial vinha sofrendo. Isso refletia, em certa medida, o processo internacionalizado de avanço do capitalismo industrial. Se, no Brasil, os sistemas de produção, para além do latifúndio escravista, eram acanhados, a atividade comercial e financeira não podia deixar de modernizar-se, pelo menos se capacitando para inserir-se nos fluxos externos. Além disso, o que ajudaria a explicar o privilégio que Cabral concedia ao comércio poderia ser a sua ligação com a Sociedade Promotora da Indústria Rio-Grandense, instituição comandada por grandes comerciantes. Aqui talvez apareça no texto, novamente, um aspecto da formação do redator: ele se detinha mais sobre o que julgava melhor conhecer. Outro ponto a ser destacado, na passagem, é a menção aos pesos e medidas, e à necessidade de sua padronização. Ele insiste, logo em seguida: “Especialmente a respeito dos pesos e medidas, V. Ex. sabe que eu pedi a essa Presidência o padrão das medidas lineares depositado no Arsenal dessa Capital, para ser comparado com as medidas dos Municípios da Província” (CABRAL, 1836, p. 18-19). Essa era uma questão relevante no período. A uniformização da enorme gama de medidas, em torno do sistema métrico decimal, chegou a ocasionar revoltas, como a conhecida como Quebra-quilos, ocorrida na Paraíba em 1874-1875.

O último tópico abordado por Cabral era a *Estatística fiscal, e administrativa*. Como em todas as épocas e lugares, a tributação era um tema difícil, mas incontornável. O montante das “rendas públicas” era um elemento essencial, porém, “não concorre para a formação do poder na razão da quantidade; e antes se converte em elemento de fraqueza, e de aniquilamento, se excede a justa medida do necessário, ou se são errados os meios e o modo do seu recolhimento” (CABRAL, 1836, p.19).

O proponente do plano cuidava de justificar a necessidade de equilíbrio entre a arrecadação e a aplicação dos impostos, preocupado com o desvio de capitais produtivos, o que considerava “verdades da Ciência Econômica” cuja avaliação era “do ofício da Estatística” (CABRAL, 1836, p. 19). Nesse sentido, alegava ter solicitado aos órgãos competentes a soma anual dos rendimentos públicos e o valor discriminado de cada tributo recebido, bem como de suas aplicações. Ele reconhecia as dificuldades, mormente porque o país passava por alterações no sistema de tributação, portanto limitava a exigência ao ano financeiro de 1832-1833. Contudo, fazia uma observação importante: “como nesta parte da Estatística, bem como em outras, os resultados devem sair da comparação de diferentes épocas, e diferentes sistemas, logo que me sejam satisfeitos aqueles quesitos, serão repetidos, e ampliados a respeito de outras épocas e períodos, que segundo as minhas vistas convém comparar” (CABRAL, 1836, p. 19). Havia uma intenção comparativa com dados do passado, mas sobretudo uma aposta no futuro, pela perpetuação de séries estatísticas fundamentais à atividade de administração do Estado. Realmente, mais produtivo parecia ser a

dedicação, doravante, ao preenchimento e arquivamento de tabelas de dados mais metodicamente arranjadas, pois a mirada ao passado fora decepcionante. Ao final de seu relatório Cabral informava o que havia encontrado nos 54 maços de documentos, “resultantes dos trabalhos do Coronel José Pedro Cezar, que me foram remetidos da Secretaria dessa Presidência” (CABRAL, 1836, p. 20). E lamentava o resultado insatisfatório: “havendo muitas notícias importantes em muitos ramos, quase tudo está incompleto, e não poderá ter uma mui útil, e geral aplicação, principalmente (o que é mais de sentir) na parte essencial, dos recenseamentos. Compreendem aqueles maços relações da população desde 1819 até 1831; mas incompletas em todos os anos; sem uniformidade, nem coincidência nas classificações, nas datas, e nos limites; umas tiradas por companhias das ordenanças, outras por paróquias, e outras finalmente por distritos de Juizes de Paz; o que lança uma inextricável confusão, e uma quase absoluta inutilidade no todo do trabalho” (CABRAL, 1836, p. 20-21).

Começar tudo novamente, em termos de estatísticas e planejamento, assim como o Brasil, que para liberais moderados como Cabral, iniciava nova vida a partir de 1831. Não seria fácil.

Dificuldades: precariedade de meios e disputas políticas

Ao final do documento, o encarregado da comissão discorria acerca dos obstáculos da tarefa. Iniciava por reconhecer suas limitações pessoais, pois um dos fatores que retardavam o trabalho seria a “reconhecida, e confessada deficiência de meus meios científicos e intelectuais” (CABRAL, 1836, p. 21). Empregava um recurso retórico – o discurso da humildade – bastante comum na época. Outras razões, entretanto, eram elencadas: “é a falta quase absoluta de dados anteriormente preparados, e coligidos; é a impossibilidade de recolher, em um tão pequeno prazo, todos os esclarecimentos que tenho pedido em mais de 400 officios, e cartas particulares sobre este assunto, e mais de 300 modelos de mapas e tabelas; e são finalmente os embaraços que encontram as autoridades locais, para o pontual cumprimento de minhas exigências, no pouco hábito de tais trabalhos, nas grandes distâncias, e na repugnância dos povos, que em grande parte ignoram os verdadeiros fins e resultados de semelhantes diligências; e ainda são dominados pela desconfiança que o regime arbitrário, com suas violências habituais, inspira, e deixa sempre aos particulares sobre a declaração de seus capitais, e faculdades; desconfiança que dura ainda depois da substituição das Formas Representativas” (CABRAL, 1836, p. 21-22). Havia aqui uma crítica ao regime anterior, mas que desconsiderava que a desconfiança com as informações prestadas ao governo – qualquer governo – era profundamente enraizada, por várias razões: escapar do recrutamento militar, por exemplo, ou da tributação.

A justificativa dada pelo bacharel, então, e a forma como procurava superar os óbices dessa ordem mostravam seus objetivos muito mais ambiciosos, pois transparecia uma argumentação de defesa do regime vigente, além de um fundo pedagógico, de formação política e de cidadania. Ele fazia isso “já insinuando nas minhas circulares os fins e aplicações das notícias exigidas; já notando a impossibilidade de abusarem destes conhecimentos os Governos Representativos, nos quais todos os sacrificios dos Cidadãos

são votados à face da Nação por seus Representantes, e executados por Ministros responsáveis; já finalmente publicando, naquele intuito, e dirigindo aos Juizes de Paz um extenso artigo sobre este objeto” (CABRAL, 1836, p. 22).¹³ Afirmava, ademais, que combateria, sempre que tivesse oportunidade, os agora infundados preconceitos contra a necessidade do governo de obter informações, “e para esse fim, bem seguro nesta parte da aprovação do Exm. Conselho Administrativo, e de V. Ex., vou fazer a publicação, e distribuição gratuita deste relatório, que, segundo julgo, pela expressão dos verdadeiros fins das exigências, é próprio para dissipar um receio tão extemporâneo como prejudicial à administração e prosperidade geral” (CABRAL, 1836, p. 22).

Dar publicidade aos atos administrativos: esta era uma das principais mudanças trazidas à política pelo liberalismo burguês, tanto nas repúblicas quanto nas monarquias parlamentares, caso brasileiro. A manutenção e o aperfeiçoamento do sistema representativo dependiam, agora, da legitimação pública da conduta do governo. Cabral, que compreendia bem isso, e era um homem da imprensa, aproveitava o seu plano de estatística – um trabalho técnico, em princípio – como veículo para a disseminação de preceitos políticos. É difícil saber se, de fato, ele contava realmente com a aprovação prévia do presidente e do conselho para tornar público o seu relatório, ou se estava, de uma forma enviesada, impondo essa condição. Entretanto, as dificuldades persistiam, parecendo insolúveis. Em um longo ofício enviado a Fernandes Braga, datado de 5 de setembro de 1835 e publicado em anexo ao relatório, o encarregado historiava o processo do convite a ele feito, suas condições para a aceitação e os problemas da empreitada, terminando por solicitar a sua exoneração. Começava lembrando que advertira o mandatário sobre a quase absoluta falta de meios para levar adiante a incumbência, mas que cedera “a este repetido e tão honroso convite com a condição, de que se expedissem ordens que obrigassem as Autoridades, e Empregados da Província a fornecer-me com exação todos os esclarecimentos que eu exigisse; porque desta maneira acreditava eu, que poderia, até o fim do ano financeiro decorrido, ter recolhido os elementos para uma Estatística, se não exata, e satisfatória, ao menos de muita utilidade, já oferecendo muitos e importantes dados à Legislatura, e à Administração, já servindo de ensaio, e de ponto de partida para uma sucessiva, e mais exata reunião de notícias da força, e da riqueza Provincial” (CABRAL, 1836, p. 23-24).

É interessante observar duas expressões utilizadas pelo autor: “ensaio” e “ponto de partida”, pois ambas propiciam a percepção de aspectos que fundem o político e o cultural, redundando em manifestações como essas, tradutoras do espírito da época. Construía-se um país novo, no qual tudo estava por ser feito, e o futuro se descortinava promissor, a despeito do presente conflituado. O período regencial, aliás, pode ser considerado, de maneira geral, como de “ensaio”, notadamente no campo político. A experiência durou até que a crua realidade social, justificada pelo que era visto como necessidade do escravismo, impusesse o acordo de elites que pavimentou o conservadorismo do segundo reinado.

¹³ O artigo, publicado no *Propagador da Indústria Rio-grandense*, nº. 92, em 18 de janeiro de 1834, chama-se “Estatística, seu objeto e importância” (KLAFKE, 2006, p. 117).

O presidente concordara, e a partir daí, iniciaram-se os contatos para solicitar informações. Começavam, então, os desgostos do bacharel: “a todos estes esforços corresponderam quase geralmente a indiferença, o desprezo, e até, em parte, a repulsa, e o insulto” (CABRAL, 1836, p. 25). Segue, no ofício, uma vasta lista de queixas: pelo atraso, ausência e incompletude nas respostas das autoridades; pelo descaso dos particulares e profissionais especializados por ele contactados, como os médicos; pela falta de apoio das próprias secretarias do governo provincial e dos Juizes de Paz e de Direito. Também relata não ter obtido retorno das Câmaras Municipais, e uma – a de Rio Pardo – formalmente recusara-se a responder. Tudo isso foi denunciado em ofício para a presidência, em novembro de 1834, juntamente com um primeiro pedido de exoneração, mas Fernandes Braga teria pedido tempo, prometendo tomar medidas com vistas a sanar as dificuldades. Cabral, então, cedera novamente, mas impunha novas condições. Através de um ofício datado de 25 de dezembro de 1834, declarava que “se não fosse auxiliado por medidas eficazes, e sobretudo por uma medida da Legislatura da Província, que removesse todas as dificuldades, e facilitasse a conclusão da empresa, irrevogavelmente a abandonaria” (CABRAL, 1836, p. 26). Depois desse ultimato, uma lei teria sido proposta em projeto, mas nunca chegara a ser discutida. O presidente, enquanto isso, limitara-se a recomendar a Cabral o reenvio das solicitações de informações às autoridades competentes.

De toda essa pequena novela, importaria, especialmente, saber de que lei se tratava. Cabral, ainda no mesmo texto, assegurava que julgava essa medida legislativa indispensável, “principalmente para a organização regular das listas civis do movimento da população, que no estado atual não podem ser encarregadas aos párocos pelos motivos expendidos” (CABRAL, 1826, p. 26). Não se sabe, exatamente, dos motivos, mas já tinha sido mencionada a ausência de padres em diversas localidades e a má qualidade de seus registros. Relevante na querela, então, é notar que o plano de estatística, na visão de Cabral, serviria de instrumento para forçar uma mudança na prerrogativa dos registros civis, os quais passariam à incumbência do Estado, seguindo o movimento de laicização anteriormente referido. Mais do que isso, ele pretendia legitimar e formalizar o ato através de medida legislativa, aproveitando o relativo grau de autonomia que as províncias detinham no período. É notável, aqui, perceber que se almejava uma alteração de caráter administrativo, mas com profundos efeitos culturais e sociais. Efetivamente, o estabelecimento do registro civil só foi discutido com mais conseqüência, no Brasil, ao final do Império.

As razões apresentadas, de acordo com Cabral, impediam-lhe “de aspirar ao mérito, que ambicionava, de concorrer para os progressos desta Ciência, que abraça os interesses públicos, e particulares de todos os Povos, e que é hoje reconhecida como o contraste, e o critério para a verificação de todos os conhecimentos sociais e administrativos; e privam-me também da satisfação de criar, e coordenar o primeiro depósito dos fatos, e observações que devem servir para a administração desta importante parte do Império, e para o desenvolvimento de suas faculdades” (CABRAL, 1836, p. 27). E encerrava assim os seus trabalhos na província: “Aceite pois V. Ex. a minha tão justificada excusa, havendo-me por desonerado da comissão, logo que tenha posto em ordem os documentos arquivados, para serem

transmitidos à Secretaria da Presidência” (CABRAL, 1836, p.27). A resposta do presidente Antonio Rodrigues Fernandes Braga também está anexada ao relatório publicado. Ele aceita a exoneração, e acrescenta que louva “o zelo, atividade, e sacrifícios, que Vm. fez para bom desempenho da dita Comissão, suposto que malograda pela falta de cooperação das autoridades, a quem incumbia fornecer-lhe os necessários esclarecimentos” (CABRAL, 1836, p. 28). O governante destituído pelos farrapos aproveitava para criticar as autoridades agora no poder – provisório –, pois havia uma referência velada aos exaltados que não colaboravam com o bacharel português. O ofício é datado de 8 de outubro de 1835, isto é, já em Rio Grande – Porto Alegre estava sob controle dos farrapos – e poucos dias antes de ambos deixarem a província em direção à Corte.

Acerca das dificuldades gerais da atividade estatística da época, Senra sintetiza: “não se tem paz, o que inviabiliza trabalho de campo, seja na circulação dos entrevistadores, seja nas suas recepções pelos informantes; ademais, as estruturas administrativas, e os registros administrativos conseqüentes, são incipientes, claudicando no funcionamento; ainda que se faça estatísticas, aqui ou ali, seja no interior das estruturas administrativas, seja por contrato a supostos especialistas, elas não são contínuas e sistemáticas; no início do período da consolidação, as revoltas seguem latentes, ainda que prenunciando um arrefecimento. Tudo faz com que as tentativas estatísticas sejam infrutíferas” (SENRA, 2006, p. 58). No caso de Cabral, acrescentavam-se dois problemas. Primeiro, era estrangeiro, o que num tempo de afirmação de um nacionalismo incipiente e difuso, criava conflitos. Já vimos como foi pífio o retorno dos seus pedidos de informação. Ele revelava, em escrito posterior, que Pedro Boticário, “se recusou a prestar-nos os esclarecimentos que dele requisitamos para a estatística, por ordem do presidente, porque, dizia ele, um juiz de paz, cidadão brasileiro e livre não deve satisfazer as exigências de um forasteiro” (CABRAL, 1839, p. 21). Ora, Pedro Boticário era um notório farroupilha, o que nos permite ligar o fato ao segundo aspecto que colocava dificuldades adicionais ao bacharel: sua vinculação ao liberalismo moderado, centralista, absolutamente contrário às pretensões autonomistas da revolta que se avizinhava. Vê-se, então, como a tarefa eminentemente técnico-científica, ou que procurava assim apresentar-se, não ficava imune às injunções políticas do conturbado período.

Conclusão: historicidade dos projetos de planejamento

A efemeridade e, mais do que isso, o fracasso de muitos dos projetos de Cabral, aparentemente jamais o fizeram esmorecer. Em 1844, em Mariana, Minas Gerais, ele publicou o último de seus textos conhecidos: *Considerações sobre o actual estado político do Brasil, offerecidas, em testemunho de gratidão e affecto, ao povo brasileiro, por José Marcellino da Rocha Cabral*. Tratava-se do anúncio de uma obra grandiosa, abordando desde a análise da legislação orgânica, em todos os seus aspectos, passando pela “indicação das emendas e complementos de que essas leis carecem”, até considerações sobre a política externa, “arbítrios para criação de recursos financeiros, o código de comércio, providências para a confecção do código civil e do processo respectivo, a instrução pública, a colonização e importação de Africanos”.

Ainda conteria a descrição de “alguns fatos inéditos, ou inexatamente publicados, que devem ser consignados com verdade na história das Administrações do Império” (CABRAL, 1844, p. 3-4).

Ou seja, ele pretendia realizar, e reunir no mesmo livro – estimava que excederia as 600 páginas – uma profunda análise política, um projeto de constituição e uma revisão da história do Brasil. Aos nossos olhos isso parece extremamente pretensioso. E é. Porém, tal projeto – e Cabral era um homem sempre envolvido em projetos –, pela amplitude e pelos objetivos, era próprio de um momento em que os contemporâneos viam-se como construtores de um Estado e de uma nação, onde tudo estava “por fazer”. É o que este derradeiro texto demonstra, e que o conecta ao plano de estatística, com suas preocupações gerais relacionadas à constituição do Estado nacional: força armada, fronteiras, história, fiscalidade, composição da população.

Entretanto, no plano estatístico aqui analisado, havia preferências demarcadas. À amostragem realizada, acrescentemos um exercício despretensioso de análise lingüística, através da observação da recorrência de certos termos fundamentais à argumentação do autor.¹⁴ Alguns usos, é claro, explicam-se por uma questão de estilo, mas a reiteração – ou ausência, por outro lado – também podem dar pistas importantes sobre o contexto de debate do período e apontar algumas predileções ou preocupações de Cabral.

Chama a atenção, num documento relativamente sintético, de 28 páginas, as referências à preservação e ao aumento do poder do Estado. A palavra *poder*, relacionada ao poder do Estado, ou poder nacional, aparece 17 vezes. Num sentido semelhante, o vocábulo *força*, quando vinculado, como em força armada e força do Estado, tem 18 inserções. O *Estado*, como instituição, surge em 15 registros. Comparemos com a utilização da palavra *sociedade*: apenas uma incidência, embora Cabral use, em 3 oportunidades, um termo que para ele era correlato, *associação*. Outro termo de comparação seria com *povo*. São 13 momentos, mas, na sua maioria, como sinônimo de nação, no sentido antigo, a exemplo de povos de Missões (como algo exótico) ou povos bárbaros. No sentido de população geral aparece apenas 6 vezes, invariavelmente de forma negativa, como povos ignorantes ou povos que se recusam a prestar informações. O que isso sugere? Pode-se especular que o redator, liberal moderado e combatente contra o absolutismo, nem por isso descuidava de pugnar pelo fortalecimento do Estado nacional, como observado anteriormente. A isto se soma a sua própria vivência da tensa situação da província, às vésperas, e nesse caso quase que literalmente, da deflagração do movimento farrapo, do qual ele era um ferrenho opositor. A crise era fundamentalmente intra-elites, e resultava perigoso, na época, apelar ao “povo”, que deveria ser conhecido, para melhor ser controlado.

¹⁴ Não é objetivo desse artigo fazer um trabalho de análise do texto em sua estrutura, com aportes da lingüística. Remeto, contudo, a dois trabalhos que aliam uma forma interessante de “ler” o texto histórico a um contexto muito próximo, e que nos servem de referência. Trata-se da obra sobre o vocabulário político do vintismo português, em perspectiva de *língua e cultura* de análise textual, assentada em uma semântica de descrição que valoriza a análise conceitual, de Telmo Verdelho (VERDELHO, 1981); e do trabalho de análise da recorrência de expressões no vocabulário político de jornais paulistas entre 1822-1842, como forma de explorar os fundamentos ideológicos do discurso, de Arnaldo Contier (CONTIER, 1979).

Tais condicionantes ajudam a explicar algumas opções, que são tidas como científicas, a princípio, mas marcadamente políticas, ancoradas num contexto muito objetivo, o qual influi na seleção de aspectos a serem considerados no levantamento estatístico. Ou seja, a projeção de futuro, da qual a produção de dados é uma condição, será, sempre, uma construção dos homens em seu tempo, historicamente determinada. A percepção desse fato auxilia na desnaturalização da idéia de planejamento estatístico.¹⁵

O aspecto político estará sempre presente. Para Isaac Kerstenetzky, “O *sistema estatístico* pode ser pensado como importante peça de um estilo de formulação da política econômica e social de um país, através do *planejamento participativo*. Esse tipo de planejamento combina componentes técnicos e políticos. A atividade técnica produz informações sobre o estado da sociedade e explora possibilidades alternativas de sua evolução futura, usando (i) uma base de dados estatísticos, organizada a partir da contabilidade social, para suprir o quadro da evolução passada e da situação presente do país e (ii) capacidade de simulação de trajetórias e cenários futuros alternativos. O lado político do planejamento é representado pelo espaço institucional, no qual ocorrem negociações e estabelecem-se compromissos em torno da escolha de um projeto de *futuro*” (KERSTENETZKY, 1991, p. 8).

Futuros alternativos, essa parece ser a expressão chave. Para Cabral, e para boa parte da elite coetânea, o futuro do Brasil dependia, antes de tudo, de vencer a batalha da unificação do Império, o que talvez explique o aparente desequilíbrio de seu trabalho. Por outro lado, a relativa escassez de considerações mais sociais respondiam a uma determinada visão de sociedade: hierárquica e excludente. Ou seja, a problemática social não constituía uma questão central, a não ser como caso de polícia, situação que perdurou até bem entrado o século XX, e que em alguns momentos se manifesta mesmo na atualidade. Planejamento dizia respeito, como visto, majoritariamente ao âmbito do Estado, durante o processo de sua consolidação.

Esse quadro se alterou, atingindo-se o entendimento de que é “inerente à idéia de planejamento, como processo de decisão social, o conhecimento das condições presentes de diferentes segmentos sociais, assim como do impacto de conjuntos alternativos de políticas sobre essas condições” (KERSTENETZKY, 1991, p. 8). Contudo, a mera constatação não basta. Para o autor, é fundamental a percepção de “importantes lacunas de dados face a demandas sociais” (KERSTENETZKY, 1991, p. 8). Essa, talvez, seja uma distinção fundamental a ser registrada ao final desse salto que nos remete do início do século XIX à atualidade: maior atenção dos poderes com demandas sociais. Demandas essas que, por sua vez, dependerão cada vez mais dos resultados das articulações políticas e das disputas entre segmentos sociais, ou, em linguagem mais direta, entre classes. Igualmente, as ações que serão tomadas frente a tais conflitos, bem como a produção de informações que embasarão o seu planejamento, podem assumir

¹⁵ Um exemplo eloqüente, para além dos de Cabral, é o do trabalho de Correa da Câmara, de 1845, cuja preocupação mais evidente parece ser a disponibilidade e condição legal da terra. A questão da propriedade fundiária assumia relevância, o que já começava a ser debatido, em nível nacional, e seria objeto, dentro de poucos anos, da Lei de Terras, de 1850 (OLIVEIRA, 1969, p. 18). Além disso, a defesa militar também era valorizada, pois a guerra com os vizinhos platinos se anunciava, novamente (OLIVEIRA, 1969, p. 22). O Conselheiro, assim, parecia, efetivamente, muito atento às circunstâncias especiais da província no contexto sócio-econômico interno do país e em relação à geopolítica, a exemplo de seus antecessores.

distintas formas, a atestar a sua permanente vinculação à história concreta, ao político, ao social, para além de qualquer elucubração teórica que se pretenda fundamentalmente “técnica”.

Fontes de pesquisa

CABRAL, José Marcellino da Rocha. *Relatório motivado sobre a estatística da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, dirigido ao Exm. Sr. Presidente da mesma Província em Conselho, pelo encarregado daquela comissão o bacharel formado em leis José Marcellino da Rocha Cabral. Compreendendo o plano de organização; indicando os fins de cada um dos esclarecimentos exigidos; e seguido de dois officios.* Rio de Janeiro: Tipografia de Lessa & Pereira, 1836.

<http://purl.pt/14864> Acesso em 20/02/2015.

CABRAL, José Marcellino da Rocha. *Colleção de alguns artigos escriptos e publicados no Brasil, pelo portuguez José Marcellino da Rocha Cabral, bacharel formado em Leis pela universidade de Coimbra, e actualmente encarregado do consulado geral de Portugal no Rio de Janeiro, seguida de alguns documentos e precedida e seguida de observações em refutação as calumnias e convícios contra elle publicados.* Rio de Janeiro: Tipografia do Despertador, 1839.

<http://purl.pt/14933> Acesso em 20/02/2015.

CABRAL, José Marcellino da Rocha. Considerações sobre o actual estado político do Brasil, offerecidas, em testemunho de gratidão e affecto, ao povo brasileiro, por José Marcellino da Rocha Cabral. Datado: Mariana, 17 de outubro de 1844. In: *Papeles varios sobre el Rio de la Plata.* (Biblioteca Nacional, Setor de Livros Raros, 51,1,27,nº 11A)

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CHAVES, Antonio José Gonçalves. *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil.* Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1978.

CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e Ideologia em São Paulo. 1822-1842. Matizes do Vocabulário Político e Social.* Petrópolis/Campinas: Vozes/Unicamp, 1979.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX.* São Paulo: Globo, 2005.

FEE/Fundação de Economia Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950.* Porto Alegre: FEE, 1981.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. Pimenta. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

KERSTENETZKY, Isaac. Estatísticas, teoria social e planejamento. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.6 n.17, Rio de Janeiro, out. 1991.

http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=220:rbc-17&catid=69:rbc&Itemid=399 Acesso em 23/02/2015.

KLAFKE, Álvaro Antonio. *O Império na província: construção do Estado nacional nas páginas de "O Propagador da Indústria Rio-Grandense" – 1833-1834*. Porto Alegre: UFRGS/ PPG em História, 2006. (dissertação de mestrado)

_____. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/edipucrs/Capa/PubEletrEbook>

MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). In: *Revista Brasileira de História*. vol.21, n.41, São Paulo, 2001, p.13-34.

<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n41/a02v2141.pdf> Acesso em 24/02/2015.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MEMÓRIA, José Maria Pompeu. *Breve história da estatística*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/110361/1/sgetexto21.pdf> Acesso em 23/02/2015.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820/1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

OLIVEIRA, Albano Gaspar de. *Resumo Histórico da Estatística no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: DEE-RS, 1969.

SENRA, Nelson de Castro. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. *Uma breve história das estatísticas brasileiras (1822-2002)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

VERDELHO, Telmo dos Santos. *As palavras e as idéias na Revolução Liberal de 1820*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981.